

# História Oral: Uma Proposta Metodológica em Parceria com os Índios Terena em Campo Grande-MS

*Oral History: A Proposal Methodological Together With Terena Indians in Campo Grande-MS*

Vanderléia Paes Leite Mussi<sup>1</sup>



## Resumo

O presente artigo trata de uma proposta metodológica para a pesquisa histórica feita em parceria com os índios Terena residentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A história oral serviu de suporte teórico-metodológico para as investigações realizadas junto às famílias residentes na Aldeia do Cachoeirinha, Município de Miranda-MS, e também no centro urbano de Campo Grande, tendo por objetivo estudar a dinâmica de organização social dos Terena que se deslocaram da Aldeia para a cidade.

Palavras-Chave: **Terena; História Oral; Aldeia do Centro Urbano.**

## Abstract

The present article handles a methodological proposal together with the Terena Indians who live in Campo Grande-MS. The oral history served as a theoretical- methodological bases for the investigations held together with the families resident in the Aldeia do Cachoeirinha, in the municipality of Miranda-MS and also in the urban area of Campo Grande, aiming at the study of the dynamics of Terena social organization of those who have moved from the village to the city.

Keywords: **Terena; History Oral; Village Urban Area.**

## 1 Considerações Iniciais

Quando nos propomos a estabelecer um diálogo intercultural, temos, como princípio básico, o de nos despir de pré-conceitos prontos, estabelecidos, fixos e fechados, em outras palavras, temos que “*aprender a desaprender*”<sup>2</sup>. Assim, para tratarmos de uma cultura<sup>3</sup> diferenciada é necessário, permitir que o próprio grupo possa apontar os caminhos de entendimento de sua historicidade, uma vez que, sem esta permissão, estaremos não só calando a voz de um povo, impedindo que eles possam ser protagonistas de sua própria história de vida, como também

reproduzindo um discurso dominante, que reprime, aprisiona e/ou elimina. Neste sentido, podemos dizer com Carpio (1999:08), que:

*“la mejor ayuda para la libertad de un pueblo es aquella dirigida a la conservación y recuperación de su identidad y de su cultura, porque las culturas autónomas tienen potencialidades capaces de revitalizar las sociedades”*<sup>4</sup>.

O presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa iniciado no mestrado, cuja proposta objetivava investigar a continuidade e/ou ruptura das relações existentes entre os índios Terena, habitantes da aldeia do Cachoeirinha e os índios habitantes de Campo Grande, através da rede de relações de parentesco ou

<sup>1</sup> Professora de História dos Cursos de Filosofia e Turismo da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul; doutoranda em História, pela UNESP de Assis, Brasil; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPII - Programa Terena da UCDB. Orientadora PIBIC/CNPq. Mailto: vmussi@ucdb.br

<sup>2</sup> Palavras proferidas por José Carpio Martín, professor do Departamento de Geografía Humana da Universidade Complutense de Madrid, numa palestra sobre desenvolvimento local, Campo Grande, 2000.

<sup>3</sup> Nesse trabalho entendemos a cultura não como um fator estático, mas dinâmico, sendo, portanto, passível de reelaboração. Neste sentido, concordamos com as idéias de Clifford Geertz (1978:15) e de Marshal Sahlins (1990:07-09), no sentido de que ambos vêem a cultura como um processo de construção, cujo principal condutor é o homem. Enquanto Geertz vê o homem como um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, preocupando-se com a interpretação destes significados, Sahlins volta-se para os esquemas de significações “colocados em risco nas ações”. Conceito este que pode ser aplicado aos próprios índios Terena.

<sup>4</sup> CARPIO, J. M. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, nº03 (setembro 2001). Campo Grande UCDB, 2001, p.63.

da dinâmica vivenciada pela família Terena, neste processo. Nesta análise, buscamos compreender, com auxílio da Metodologia da História Oral, de que forma os índios entendiam o seu pertencimento e os de seus parentes do grupo.

Mediante a realização deste trabalho, levantamos algumas questões que envolvem a problemática da História Oral em dois aspectos fundamentais. Um que trata dos cuidados e definições teórico-metodológicas, no uso da história oral com culturas distintas; o segundo, objetivo principal de nosso trabalho, visa a apresentar, a partir de um estudo de caso empírico, uma proposta metodológica realizada em parceria com os Terena, na qual os mesmos se sentem parte integrante na construção de sua própria história de vida. A via de construção desta proposta foi possível através dos caminhos apontados pelos próprios Terena, de modo a nos propiciar uma visão mais compreensível de sua cultura.

Essa prática não é exclusiva dos Terena. Cada vez mais, outros povos indígenas têm salientado o propósito de que se reconheça o uso de suas tradições orais, como verdadeiras histórias de vidas, uma vez que essas são tidas como sociedades ágrafas. Assim sendo, para tratarmos desta questão, utilizaremos, principalmente, alguns trabalhos<sup>5</sup> realizados pelos pesquisadores Antônio Brand e Julie Cruikshank, os quais apresentam experiências com povos de outra tradição cultural.

## 2 Cuidados e Definições Teórico-metodológicas no Contexto da História Oral

O propósito de narrar a história de vida das sociedades indígenas, de modo geral, não é tarefa simples, por vários fatores. De início, pela própria complexidade que é compreender e decodificar o signo lingüístico e a representação simbólica que permeia cada cultura. No caso dos Terena, por exemplo, este aspecto é visível, porque há muitos termos de “tradição oral”, utilizados por eles, que só ganham sentido se inseridos em um determinado contexto. Fora dele, tornam-se incompreensíveis, isso sem falar que, determinadas expressões, sequer possuem tradução literal para o português. Neste sentido, a reutilização

de determinados depoimentos é inviável, pois, corre-se o risco de desvincular a fala do seu contexto original.

Sobre este aspecto, Cruikshank (1996:157), apoiando-se em Renato Rosaldo, alerta para o fato de que “os depoimentos orais devem ser ouvidos no contexto específico em que são feitos. Não são documentos a serem estocados para recuperação posterior”. Nesta perspectiva, ela também afirma que os depoimentos orais são “formas culturais que organizam a percepção, não ‘recipientes de fatos em estado bruto’, porque todos os fatos são culturalmente mediados”.

A respeito das expressões “tradição oral” e “história oral”<sup>6</sup>, Cruikshank chama a atenção para as ambigüidades que ocorrem, devido ao fato de que as definições podem mudar, no uso popular (1996:151). Segundo a autora, o termo “tradição oral” pode ser utilizado como “um conjunto de bens materiais preservados do passado” ou como um “processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte”. Em termos mais gerais, ela também pode ser usada como um “sistema coerente e aberto para transmitir conhecimentos” (CRUIKSHANK, 1996:155). Já o termo “história oral”, é visto como um método de pesquisa, que faz “uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas, ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular”. (CRUIKSHANK, 1996:151).

Ao tratar desta abordagem, o pesquisador Antônio Brand (2000:195-228), apoiando-se em Meihy, apresenta-nos ‘três modalidades de história oral’. A primeira trata da “história oral de vida”, possuindo caráter mais subjetivo e centra-se “em um personagem determinado”, retratando, assim, “a sua trajetória pessoal”. A segunda, fala da “história oral temática”, cuja função principal está voltada para “o esclarecimento e análise de um tema ou evento específico”. E, para finalizar, ele apresenta a “tradição oral”<sup>7</sup>, como sendo de caráter mais coletivo, a qual remete-se à ‘permanência dos mitos’, festas, rituais, visão de mundo, com seus valores e estruturas mentais”.

Tornar escrito o que é oral talvez se constitua em um dos maiores desafios a superar, dada a

<sup>5</sup> As obras escolhidas para esta breve discussão foram: “Cuidados metodológicos na leitura e interpretação de falas indígenas no contexto de pesquisas com história oral”, de Antônio Brand (1999) e “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões” de Julie Cruikshank (1996).

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento, há várias definições a respeito de “história oral” e “tradição oral” em Vansina (1996).

<sup>7</sup> Vansina entende o termo “tradição oral” como sendo um conjunto de “todos los testimonios orales, narrados, concernientes al pasado” (1966:33).

difficuldade em articular, em uma estrutura ocidental, conceitos enraizados em princípios indígenas. Entre os Terena, por exemplo, este processo se torna mais complexo, devido à dificuldade em identificar os “eventos” dentro de seu próprio contexto cultural. O evento, de acordo com Sahlins, é entendido não apenas como um acontecimento no mundo, mas também como “a realização entre um acontecimento e um sistema simbólico”. Para ele, apesar de os eventos possuírem propriedades ‘objetivas’ próprias e razões que “*procedem de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhes dão efeito*”, mas o significado que é projetado a partir de um esquema cultural. Assim, ele também afirma que “*o evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam*”. (SAHLINS, 1990:191).

Neste sentido, por serem considerados grupos culturalmente dinâmicos e com esquemas de significações “*colocados em risco na ação*” (SAHLINS, 1990:7-9), torna-se difícil precisar, “*que todos os grupos Terena utilizarão uma única forma para absorção dos diversos valores culturais externos*”. Entretanto, “*apesar de haver uma diversidade de esquemas de significações dentro da cultura, há também uma unidade básica, pois do contrário não seriam todos Terena*”. (PAES, 2000:17).

Neste processo, Sahlins também mostra que os esquemas são ordenados historicamente, porque seus significados são reavaliados, quando realizados na prática, de modo que isto só é possível através da ação prática das pessoas e das compressões pré-existentes de sua ordem cultural. Assim sendo, a participação dos Terena na construção de uma via metodológica torna-se imprescindível, por serem eles capazes de nos propiciar um entendimento viável do significado destes esquemas culturais.

### **3 Passos de uma Pesquisa: Caminhos Apontados pelos Terena para Via de Construção de uma Proposta Metodológica**

Quando nos propusemos a realizar um trabalho conjuntamente aos Terena, a primeira preocupação foi a de nos instrumentalizar teórico-metodologicamente,

estabelecendo critérios e definindo técnicas que melhor se adaptariam a essa cultura. Assim, fizemos um prévio estudo referente aos métodos aplicados às culturas distintas, como por exemplo, as técnicas de estudo da tradição oral, (VANSINA, 1966 e outros.). Readaptamos estes métodos, para que pudessem nos propiciar uma melhor atuação junto a esse grupo e, também, fornecer-nos, conseqüentemente, resultados mais confiáveis.

No decorrer do trabalho, porém, percebemos que esse estudo nos havia legado alguns subsídios para a construção de uma nova forma de abordagem, que acabou resultando em um método específico. Isto veio reforçar a idéia de que, quando se trata de culturas distintas, não se tem um modelo pronto, fixo, acabado, mas em vias de construção. Deste modo, fomos construindo nosso próprio método. O primeiro passo para sua elaboração só foi possível graças à convivência contínua, durante mais de sete anos, com grupos Terena, na aldeia e na cidade de Campo Grande.

O início do contato com a questão deu-se em 1993, quando percorremos as diversas áreas indígenas dos Guarani-Kaiowá e dos Terena. Assim, deste período até os dias atuais, já visitamos cerca de dezessete áreas indígenas.

Depois de constatar parte da realidade nas áreas indígenas, sentimos a necessidade de conhecer mais de perto a situação destes grupos, uma vez que muitos deles se encontravam dispersos, nos diversos bairros de Campo Grande. Foi a partir de um trabalho de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1994/95, que conseguimos abordar a questão. Nesta época, chegamos a contatar 89 famílias<sup>8</sup>, em Campo Grande, no intuito de nos inteirar destes mecanismos e também descobrir os reais motivos que os impulsionaram a migrar para o centro urbano. Concluído este trabalho, pudemos constatar que se fazia necessário, tendo em vista trata-se de um contato inicial, aprofundar o conhecimento desta dinâmica, delimitando, porém, o grupo<sup>9</sup> de atuação.

Estes primeiros contatos, realizados através de visitas e entrevistas, foram imprescindíveis para a

<sup>8</sup> O termo “família” é utilizado pelos índios para designar seus parentes, que podem ser por consangüinidade, enquanto relação social reconhecida, ou por afinidade, enquanto aliança matrimonial.

<sup>9</sup> Neste trabalho, o nosso principal objetivo era saber como os diversos grupos indígenas estavam se articulando dentro do espaço urbano. Na época, não havia preocupação com um grupo específico. Somente depois de se ter uma noção e com a continuidade do trabalho, pudemos optar por um grupo. Assim, optamos pelos Terena, pelo fato de eles terem nos chamado a atenção para a incidência de saída de seus membros da aldeia para o centro urbano, merecendo, portanto, um estudo mais aprofundado.

realização desta “nova”<sup>10</sup> pesquisa, pois, sem uma prévia aproximação, tornava-se quase impossível, por questão de tempo, a realização deste trabalho. Poderíamos dizer que o principal fio condutor, o pré-requisito básico para a implantação deste, tenha sido a confiança. Então, por questões de ordem prática, tivemos que estreitar os laços de convivência, convidando-os a realizarmos o trabalho em conjunto. Desta forma, discutimos, com os membros integrantes da AMI<sup>11</sup>, todos os passos da pesquisa. Inteirados do trabalho, eles puderam não só se organizar melhor, no sentido de estarem à nossa disposição quando nós precisássemos nos deslocar, sendo em direção à aldeia ou para os diversos bairros de Campo Grande, mas também no de contribuir, de forma direta, com a realização desta pesquisa. De certa forma, tentamos compartilhar com eles a responsabilidade do resultado.

Uma vez delimitado o tema<sup>12</sup> - através de um estudo Histórico da rede de relações de parentesco<sup>13</sup> ou da dinâmica vivenciada por estas famílias – e o grupo Terena, reativamos o contato via Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e, depois, via Associação. Seleccionamos as famílias das quais estudar a rede de parentesco. As famílias escolhidas para o mapeamento foram Muchacho e Polidório. O critério para a seleção das famílias foi a disponibilidade de seus membros das mesmas em contribuir com o trabalho e o importante fato de as duas possuírem parentes na aldeia do Cachoeirinha e no Centro Urbano, em Campo Grande. Em um terceiro momento, houve a elaboração dos instrumentos das entrevistas.

No quarto momento, passou-se às entrevistas propriamente ditas, em parte anotadas, em parte gravadas. Procuramos seguir um roteiro básico de perguntas, direcionado pelo projeto de pesquisa, sem, necessariamente, seguir rigorosamente uma ordem seqüencial. Notamos que estávamos diante de pessoas que possuíam uma cultura distinta da ocidental, e que poderiam não compreender os métodos aplicados, uma

vez não se tratar da mesma lógica de pensamento. Em seguida, partimos para a transcrição das fitas. Depois, à tabulação dos dados e, por último, à sua análise.

Para a realização do mapeamento, na Aldeia do Cachoeirinha, foi necessária a autorização da Administração Regional da FUNAI e do Cacique Geral. No Cachoeirinha, fizemos um levantamento de toda a família residente na aldeia, tanto por parte dos Muchacho como dos Polidório. Depois do levantamento feito, visitamos os membros de cada uma dessas famílias, entrevistando-os. As questões básicas levantadas foram norteadas pelos objetivos do projeto de pesquisa, por meio de um roteiro de perguntas, aplicado tanto à aldeia quanto ao centro urbano. Fizemos às famílias as seguintes perguntas:

- a) se elas tinham parentes em Campo Grande;
- b) se era mais comum visitarem seus parentes em Campo Grande, ou seus parentes virem à aldeia visitá-los;
- c) qual era a principal atividade desenvolvida por eles na aldeia;
- d) quantas lavouras possuíam e qual era a distância entre sua residência e a lavoura bem como os principais produtos plantados;
- e) onde comercializavam os seus produtos;
- f) por que seus parentes saíram da aldeia e se houve alguma mudança no seu jeito de ser, depois de estarem morando em Campo Grande;
- g) quais as principais lideranças que já passaram pela aldeia.

No trabalho de campo, uma das etapas fundamentais foi à elaboração, em parceria com os Terena, do genetograma respectivo às famílias estudadas. Para a realização do mesmo, contamos

<sup>10</sup> O termo “novo” foi usado para distinguir o trabalho de Iniciação Científica, concluído em 1995, da pesquisa de dissertação de Mestrado, já concluída.

<sup>11</sup> A sigla AMI representa a Associação de Moradores Indígenas de Campo Grande, que foi fundada em 1984 por um grupo de índios Terena, cujo presidente, no período de fundação, era o senhor Agostinho Muchacho.

<sup>12</sup> Isto é, investigar se há continuidade e/ou ruptura na Organização Social dos Terena, nas relações existentes entre os índios que moram na aldeia do Cachoeirinha e os índios ocupantes do centro urbano, em Campo Grande, e se os deslocamentos afetam sua identidade étnica ou não.

<sup>13</sup> De acordo com Françoise Héritier, enciclopédia Einaudi, v. 20, p.27, entende-se como parentesco o estudo das relações que unem os homens entre si mediante laços baseados na consanguinidade, enquanto relação social reconhecida, e na afinidade (a aliança matrimonial). Tais relações encontram uma tradução nos “sistemas de designação mútua” (as terminologias de parentesco); nas “regras de filiação”, que determinam a qualidade dos indivíduos como membros de um grupo e os seus direitos e deveres no interior do grupo; “nas regras de aliança”, que orientam positiva ou negativamente a escolha do cônjuge; nas “regras de transmissão” dos elementos, que constituem a identidade de cada um e, finalmente, nos “tipos de agrupamentos sociais”, nos quais os indivíduos estão filiados. Já o termo “filiação” segue a conceituação de Marc Augé (1975:22), quando este afirma que é uma convenção social, cujo princípio reside na transmissão do parentesco social (quer dizer, o reconhecimento pela sociedade, que atribui a cada indivíduo um estatuto, assim como uma posição precisa no seio do grupo social).



com a participação das pessoas mais velhas do grupo, indicadas pelos próprios membros da AMI, para auxiliar na construção da árvore genealógica. Nesta etapa, dispensamos a utilização da terminologia científica, por considerá-la desnecessária; preferimos explicar a eles a importância de se fazer um levantamento de todos os membros das famílias envolvidas. Foram feitas várias reuniões, com diversos membros do grupo, cada dia em uma residência.

Para organizar melhor o trabalho de campo na aldeia do Cachoeirinha procuramos dividir as visitas por casas, sem, necessariamente, seguir a ordem dos nomes das famílias levantadas. As casas de 1 a 7 e de 9 a 14 ficaram para a família Muchacho e, as casas de 8, 15 e de 16 a 25 ficaram para a família dos Polidório. Nestas famílias, os depoimentos seguiram a mesma ordem da numeração das casas.

O fato de estarmos sendo acompanhados pelos membros das famílias Muchacho e Polidório não diminuiu o grau de desconfiança dos patrícios da Aldeia. Pelo contrário, continuou despertando o seu interesse em saber o porquê da predisposição de seus parentes em nos acompanhar. Isto fez com que tivéssemos uma atenção redobrada na utilização dos instrumentos criados para obter as informações.

Desse modo, prevendo, por experiências passadas, que poderia haver dificuldades no contato com os Terena, procuramos dividir a nossa ida a campo em três momentos. O primeiro foi apenas para o início do contato, no final de 1997. Foi uma visita sem pretensões aparentes, somente para conhecer a área, resultando em um convite para retornar, quando quiséssemos. O segundo, consolidando o convite feito para retornar, coincidiu com a festa religiosa de São Sebastião, em janeiro de 1998. Conversando sobre a importância dessa festa, enfatizamos a importância de se registrar a sua história e, no decorrer da conversa, alguns membros da família Muchacho e Polidório sugeriram-nos que fizéssemos o histórico da aldeia Cachoeirinha, como veio a acontecer.

Quando iniciamos o trabalho, no dia 31 de agosto de 1998, tivemos de passar, também, pela aprovação de um conselho de lideranças, no posto indígena da área do Cachoeirinha. Na reunião, apresentamos o nosso objetivo<sup>14</sup>, que não era só o de mapear a família dos Muchacho e Polidório, e

sugerimos que eles nos indicassem uma outra

família, deixando sempre claro que todas mereceriam o mesmo tratamento durante o trabalho de pesquisa. Só ressaltamos que, sendo indicada uma outra família, um dos seus membros teria de nos acompanhar na sequência dos trabalhos até o centro urbano, em Campo Grande, para localizarmos os seus parentes. Não houve por parte deles nem objeções, nem indicações, encerrando, assim, a reunião com um parecer positivo.

Ao chegarmos nas residências, não iniciávamos o trabalho explicando que se tratava de uma pesquisa relacionada diretamente a eles, mas que se tratava de um trabalho iniciado em 1994 com índios urbanos, em Campo Grande, e que estávamos lá apenas para conhecer o local de origem de seus patrícios<sup>15</sup>. Isto, é claro, na tentativa de deixá-los menos constrangidos.

Depois de um certo tempo, quando percebíamos que eles já estavam mais à vontade e mais familiarizados, começávamos a envolvê-los na dinâmica do trabalho, sempre tentando convencê-los da importância de sua contribuição, com relação aos seus parentes em Campo Grande, uma vez que já se haviam mudado. Certos de estarem envolvidos, partíamos para as questões relacionadas à aldeia. A princípio, iniciávamos a conversa sem anotar nada. Aos poucos, íamos retirando o material da bolsa, de forma bem natural. Quando já estávamos com o material em mãos, pedíamos autorização a eles para poder anotar, justificando que não conseguiríamos guardar tudo na cabeça. Eles, já inteirados do objetivo do trabalho e envolvidos na conversa, autorizavam. É importante ressaltar que não omitimos nenhuma informação à comunidade; todo encaminhamento do trabalho foi devidamente discutido e esclarecido.

Essas conversas informais foram de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, visto que, no momento da entrevista, eles acabaram retomando certos assuntos falados anteriormente, enriquecendo ainda mais os depoimentos.

As seis primeiras perguntas, que estão acima relacionadas, eram objetivas, por isso não tínhamos dificuldades em anotar. Já a sétima, que tratava da história do Cachoeirinha, mais especificamente relacionada às principais lideranças, foi a mais difícil de se conseguir, por vários fatores.

Primeiro, porque atingia diretamente a vida deles, fazendo-os lembrar de situações sobre as quais muitas vezes não queriam falar, ou por serem extremamente

<sup>14</sup> O presente trabalho visa acompanhar a dinâmica de organização social dos Terena, bem como o deslocamento da Aldeia ao espaço urbano.

<sup>15</sup> “Patrícios” é o termo utilizado pelos índios para designar um membro do seu meio ou de outros grupos étnicos, sem que seja, necessariamente, um parente.

positivas ou negativas. Depois, porque a aldeia estava passando por problemas políticos complexos, de ordem interna, devido à divergência de idéias entre determinados membros da tribo e o cacique geral do Cachoeirinha, e externa, pois era período de eleições para o governo do Estado. E, por último, por haver, por parte deles, a extrema dificuldade em conversar em português. Constatando essa dificuldade, pedimos, então, que falassem em seu idioma e que, se eles permitissem, nós iríamos gravar. O Agostinho<sup>16</sup>, a Maria e a Adélia iriam nos ajudar a fazer a tradução, isto é, passar da língua Terena para o português. Alguns aceitaram gravar e prestaram o seu depoimento; já outros diziam que não se lembravam. Dentre esses, não descobrimos se se recusaram por constrangimento, por não se lembrarem mesmo ou por não quererem se comprometer politicamente. As respostas às perguntas foram fornecidas pelas famílias.

As transcrições das fitas foram feitas por nós, quando os depoimentos apresentados foram realizados em português, e por Maria Muchacho<sup>17</sup>, quando as entrevistas foram realizadas no idioma Terena. O trabalho das transcrições das fitas teve início em setembro de 1998 e término no dia 14 de março de 1999.

No início do trabalho de tradução, começamos a fazer as transcrições das fitas juntamente com Maria, Lucídio Polidório<sup>18</sup>, Agostinho Muchacho e Adélia Muchacho Polidório. Trabalháramos em apenas um depoimento, quando Agostinho nos sugeriu que levássemos as fitas para o seu primo, Valdir Araújo, que já havia realizado semelhante trabalho. Por ser membro da Associação e pessoa de confiança do Agostinho, concordamos em entregar as fitas. Três semanas depois, entramos em contato com ele e pedimos que nos passasse o que já havia feito. Então, ele se justificou, dizendo que tinha ouvido todas as fitas, mas que, infelizmente, não havia realizado o trabalho. Em princípio, alegou falta de tempo, depois nos disse que tais depoimentos só faziam críticas a respeito das lideranças. Assim, percebemos que este fator estava ligado às questões políticas da aldeia, com as quais ele não queria se comprometer, uma vez que, sendo filho do cacique da aldeia Babaçu<sup>19</sup>, poderia, também, vir a trazer complicações a seu pai, Adolfo Pedro, junto às

demais lideranças. Ao concluir a estruturação do trabalho, descobrimos que o Valdir havia desgravado três dos nossos depoimentos.

Deste modo, recomeçamos o trabalho das transcrições. As atividades estavam tendo o resultado desejado, até que Maria nos pediu que deixássemos com ela todo material, para que ela pudesse dar continuidade no trabalho, alegando que poderia fazê-lo sozinha. Então, a instruímos que ouvisse todas as fitas primeiro, no intuito de relembrar do conteúdo. E que depois ela ouvisse o depoimento em um gravador e gravasse o que ouviu, automaticamente em português, em outro gravador. A princípio ela concordou, achando o processo fácil.

Ao iniciar a tarefa, ela percebeu que não era tão simples assim, pois ficara extremamente nervosa ao gravar sua voz. Não se sentindo à vontade em desenvolver o trabalho da forma sugerida, ela criou uma técnica própria, que lhe pudesse facilitar a realização da tarefa. Assim, Maria nos colocou que primeiro ouviu todos os depoimentos. Depois, começou a escrever, o que originou a primeira versão do texto. Vendo que poderiam faltar informações, ela tornou a ouvir os depoimentos, completando o que estava faltando. E, por último, ela passou a limpo todo o texto, reorganizando-o.

É importante observar que Maria, no processo da primeira versão, reteve algumas informações. Estas, segundo ela, foram:

- 1) as informações que se repetiam e, muitas vezes, não eram relacionadas com o assunto tratado, o histórico da aldeia;
- 2) durante o depoimento referente ao histórico, os entrevistados interrompiam as informações para conversar com o Agostinho ou com ela mesma, a respeito de assuntos completamente diferentes. Por exemplo, eles perguntavam para a Maria o que poderiam responder e se, com o fornecimento das respostas, iriam ganhar algo em troca. Não conseguiam compreender o porquê do meu interesse em saber de todas estas informações, nem o que estaríamos ganhando por fora. Enfim, de que

<sup>16</sup> O senhor Agostinho é membro integrante da AMI, ego de nossa pesquisa, e representante da família Muchacho. Dona Adélia esposa do senhor Agostinho e ego representante da família Polidório. Já a Maria é filha do casal, que recebe o nome do pai, Muchacho.

<sup>17</sup> Maria Muchacho, atualmente 1ª secretária da AMI, foi uma figura imprescindível para a realização deste trabalho, visto que além de possuir um espírito de liderança era sempre o principal ponto de apoio nos momentos mais difíceis. Era ela quem intermediava todas as perguntas e tirava todas as dúvidas no idioma.

<sup>18</sup> O seu Lucídio Polidório é irmão da dona Adélia e presidente da Associação AMI.

<sup>19</sup> Esta é uma das principais Aldeias que compõem a Área do Cachoeirinha.

forma os estaríamos explorando. Então, Maria e Agostinho explicavam tudo de novo, reforçando a idéia de que este trabalho iria beneficiar o futuro das crianças, não só da aldeia, como também do centro urbano. Quando eles conseguiam entender, voltavam a falar. Deste modo, por achar desnecessário escrever dados que não eram relacionados ao assunto, ela os omitiu no texto, mas nos colocou oralmente.

Assim, não foi possível precisar se este fato ocorreu em todos os depoimentos ou apenas em parte deles. O que constatamos, porém, é que houve, por parte da Maria, uma lógica metodológica própria, que foi readaptada de acordo com as suas necessidades. Ela seguiu um roteiro básico fornecido por nós e serviu como uma espécie de intermediária do trabalho.

Neste sentido, observa-se ainda que os Terena, por serem muito visados por pesquisadores, instituições governamentais, não-governamentais e outros, acabaram criando mecanismos próprios de defesa. Quando eles não omitem as informações, negando-se a responder, procuram falar qualquer coisa que vem à mente a fim de se livrarem o mais rápido possível da pessoa que os interroga<sup>20</sup>. No entanto, assim que a mesma se retira, eles ficam dando risadas da situação. Por isso, algumas vezes, deixamos em aberto certas questões para serem fechadas após outras entrevistas, que eram feitas geralmente sem o uso do gravador.

Na convivência com o grupo, começamos a perceber que algumas situações se repetiam, como, por exemplo, a não realização das entrevistas logo após o período de almoço e a indisposição para falar quando eles estavam preocupados com alguma coisa. Então, quando percebíamos que algo não estava conforme o esperado, procurávamos primeiro nos inteirar do problema, ouvindo e/ou dando sugestões, deixando a situação se normalizar, para depois iniciarmos as entrevistas. Às vezes, isto não era possível, então voltávamos em um outro momento.

No centro urbano, a sistemática de organização do trabalho difere da forma utilizada na aldeia apenas em alguns aspectos. O primeiro ponto refere-se ao fato de que na aldeia as famílias estavam todas, mais ou menos, concentradas, enquanto na cidade elas se encontravam dispersas pelos diversos bairros, de modo que o período de execução do trabalho no centro urbano

foi muito maior do que na aldeia. O segundo aspecto foi a distância entre um bairro e outro. Às vezes chegávamos a percorrer cerca de 35 quilômetros entre uma residência e outra, o que tornava quase impossível fazer mais do que três visitas por dia. Isto contando, é claro, com a disponibilidade destas famílias em nos receber, o que pode ser caracterizado como um terceiro aspecto.

Muitas vezes, nós chegávamos a ir duas ou três vezes, na mesma semana, para conseguir uma entrevista. Este fato ocorria não de forma proposital por parte destas pessoas. É que, na maioria dos casos, ficavam em casa durante a semana somente as crianças, pois os pais estavam trabalhando. Então, mudamos os dias de visitas e passamos a procurar estas famílias apenas aos finais de semana. Salvo algumas exceções, quando, por exemplo, por questão de tempo, nós íamos durante o dia e deixávamos recado que voltaríamos à noite. Vendo que não estava funcionando, descartamos de imediato esta possibilidade. Na aldeia, este aspecto também era comum, pois, geralmente, estavam na lavoura trabalhando ou, na cidade, comercializando suas mercadorias. Na aldeia, o que favoreceu foi o fato de não haver muita distância entre uma residência e outra, de modo que retornávamos mais de duas vezes em um mesmo dia, o que não foi possível fazer em Campo Grande.

Por estes aspectos, tivemos de direcionar as nossas atividades de forma mais prática. Por isso, estabelecemos algumas estratégias, que foram aplicadas às famílias, para agilizar o andamento do trabalho. Primeiro, fizemos um levantamento de todos os membros das famílias Muchacho e Polidório, que moram na periferia da cidade, localizando-os por bairros. Depois, começamos a visitar estes parentes por bairros, para evitar de percorrer os mesmos lugares duas vezes. Então, entrevistávamos todos os membros, de ambas as famílias, em um bairro e só quando concluíamos é que passávamos para outro. Nas visitas, incluíamos nas anotações o grau de parentesco a que o entrevistado estava ligado na aldeia e colocávamos, juntamente, o número da casa a que pertencia.

Assim sendo, na área urbana os membros da família Muchacho e Polidório encontravam-se nos seguintes bairros: Tiradentes, Guanandi, Itamaracá, Tarumã, Conjunto Aero Rancho, Parque do Laranjal,

<sup>20</sup> É importante observar que esse comportamento não ocorreu nas nossas entrevistas, a não ser alguns pequenos desvios de assuntos, que nos foi oralmente relatado pela Maria. Isso não chegou implicar no resultado do nosso trabalho, pois percebemos, através das falas, que o depoente estava apenas tentando fugir do assunto e, por conseguinte da resposta. O porquê desse ato não foi possível abstrair.

bairro São Jorge da Lagoa, Jardim Leblon, Jardim Carioca, bairro Talismã e bairro Morada Verde. Os três últimos bairros não foram localizados no mapa de setorização da Área Urbana, por falta de informação.

Ao iniciarmos, em outubro de 1998, o mapeamento destas famílias no centro urbano, não foi preciso pedir autorização para a Administração Regional da FUNAI, porque já havíamos iniciado o trabalho em 94 a que estaríamos, de momento, apenas dando sequência. Mesmo sem fazer formalmente esta solicitação, como no trabalho anterior, fizemos questão de colocá-los a par de todo o processo que estávamos desenvolvendo. Digamos que tenha sido uma estratégia política de reintegração.

Já nas residências, o processo de abordagem e aplicação das questões foi basicamente igual ao adotado na aldeia, uma vez que somente algumas perguntas foram alteradas. O prévio contato tornou a aproximação mais rápida. No entanto, não fez diminuir o grau de desconfiança e nem facilitou o andamento do trabalho. Assim, tivemos que, primeiro, esclarecer o objetivo do trabalho, da mesma forma que fizemos na aldeia, para depois, quando já haviam entendido, iniciarmos a aplicação das perguntas.

As perguntas feitas às famílias residentes no centro urbano foram:

- a) se elas tinham parentes na aldeia;
- b) se era mais comum elas visitarem seus parentes na aldeia ou seus parentes virem para a cidade visitá-los;
- c) qual a principal atividade desenvolvida por eles em Campo Grande;
- d) quantos anos estavam morando em Campo Grande e por que saíram da aldeia, pedindo para que nos apontassem as causas de seu deslocamento e o período de saída da aldeia;
- e) se eles, ainda, falavam a língua materna;
- f) quantos anos tinham de matrimônio e se a união era constituída com Terena ou era uma união interétnica;
- g) se o representante do bairro era índio. Com relação à questão c, sobre as principais atividades, estendemos a pergunta ao casal, uma vez que, nas cidades, a maioria das mulheres também trabalha fora.

As respostas foram fornecidas, na grande maioria, pelo casal, salvo algumas exceções, quando, por exemplo, o esposo não deixava a esposa responder.

Embora ela mantivesse o laço de parentesco consanguíneo, ele é quem fornecia as informações. Não chegamos, através da observação, a detectar os reais motivos desse comportamento, pois, permanecemos por apenas um período de, mais ou menos, três horas em cada casa. Como hipótese mais provável, podemos dizer que pode ser uma questão de posição política, hierárquica ou por ele se considerar, também, membro da mesma família.

A transcrição das fitas relacionadas aos depoimentos colhidos no centro urbano, por serem gravadas em português, não precisou da ajuda dos membros integrantes da Associação. Entretanto, o mesmo não se pode dizer quanto ao processo de intermediação nos contatos, pois, muitas vezes, esta era feita, primeiro, no idioma Terena e, depois em português.

Para melhor visualização das informações, numeramos e dividimos as tabelas, que somam um total de 14. As sete primeiras tabelas, de 01 a 07, são referentes à aldeia. Já o restante, de 08 a 14, são relacionadas ao centro urbano. A análise dos dados foi dividida em duas partes. A primeira seguiu a sequência das tabelas, que são respostas mais objetivas. Já a segunda parte refere-se às respostas livres e aos depoimentos tomados, que apresentam as características próprias da vida de cada um, seja com relação a si mesmo seja ao povo Terena como um todo.

No processo em vias de construção, é importante ressaltar que os discursos elaborados por estes membros são pensados a partir de uma ordem simbólica da cultura, cujos significados, muitas vezes, só podem ser entendidos dentro de um contexto. Neste sentido, entendemos que a única forma viável para se compreender esta lógica é a convivência com o grupo, visto que muitas respostas são fornecidas nas entrelinhas. No entanto, estamos cientes de que a interpretação desta ordem simbólica não se esgota em um trabalho empírico e nem acreditamos que isto seja possível. Apenas queremos chamar a atenção para o fato de que há uma lógica de pensamento cultural distinta, que deve ser respeitada como tal. E que ninguém melhor que os próprios Terena para “traduzirem” esta ordem.

Do mesmo modo, notamos, ainda, seguindo as idéias do historiador Antônio Brand, que a relação locutor e interlocutor, “ambos situados em uma realidade sócio-econômica de uma época, de um grupo e de uma cultura específica”, é necessária para a construção da história oral (BRAND, 1999:04)<sup>21</sup>.



Assim sendo, pensamos ser imprescindível a relação de confiança entre o pesquisador e o seu interlocutor, pois sem esta proximidade, não acreditamos ser possível decodificar os significados existentes dentro da ordem cultural do grupo.

Desta forma, um dos membros da família estudada, em uma visita à aldeia, observou a diferença do trabalho que vínhamos desenvolvendo; segundo ele, não adotávamos a postura distanciada de grande parte dos pesquisadores que chegavam à aldeia com uma “cadernetinha na mão”, e os enchiam de perguntas para logo depois irem embora. E mais, o que o impressionou foi que essas pessoas não comiam e nem se sentavam com eles debaixo das mangueiras, para conversar. Para esse depoente, o mais importante não era só querer saber o “jeito que índio come ou vive”, mas conviver e compartilhar com eles aqueles momentos, que fazem parte do seu dia-a-dia.

Assim, diante de todo o processo relatado, acreditamos ser possível um trabalho em parceria com os Terena, uma vez que estes se mostraram inteiramente capazes de nos auxiliar. A iniciativa tomada por eles em colher depoimentos das pessoas mais velhas da aldeia, a fim de preservar a memória de seu povo, denota uma nítida consciência de sua própria historicidade. Para conseguir algumas informações, o Lucídio Marques, um índio Terena, se passou por entrevistador colhendo o depoimento de seu tio Olímpio Marques. Era mais fácil para ele, como sobrinho e com o domínio da língua Terena, conseguir essas informações, do que para qualquer um de nós, visto que o retorno seria mais positivo por haver uma abertura maior por parte do depoente.

Neste sentido, propomos, na busca da construção de uma metodologia, a realização de um trabalho em conjunto com os Terena, em que os mesmos possam ser, ao mesmo tempo, locutores e interlocutores ou, caso se preferira, entrevistadores e depoentes do processo de construção da sua própria história de vida.

## Referências

BRAND, J Antônio. *Cuidados metodológicos na leitura e interpretação de falas indígenas no contexto de pesquisas com história oral*. Trabalho apresentado no 20º Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 29 de julho de 1999.

\_\_\_\_\_. *História oral: perspectiva, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da*

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, RS, v. 4, n. 2, p. 195-228, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 157.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HÉRITIER, Françoise. Parentesco. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. [S.l.: s.n.], 1989. v. 20.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.

MARTÍN, José Carpio; LE BOURLEGAT, Cleonice; MARTINS, Sérgio. Los retos del Mato Grosso del Sur: entre la globalización y el desarrollo local. In: MARQUEZ D. (Org.). *Território y cooperación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1999.

\_\_\_\_\_. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: *Revista do Migrante*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 23-38, 1996.

\_\_\_\_\_. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Matrimônio e solidariedade tribal Terena: uma tentativa de análise estrutural. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.7, p. 31-38, 1959.

\_\_\_\_\_. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PAES, L. M. V. *A dinâmica de organização social dos Terena, da aldeia ao espaço urbano de Campo Grande-MS*. 2000. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2000.

SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I e II). *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 103-150, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

VANSINA, Jan. *La tradicion orale*. [S.l.]: Labor, 1996.

Data de Revisão: **01/06/2002**

Data de Entrega: **05/02/2002**

Data do Aceite: **27/03/2002**